 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 027. Conflitos Socioambientais, Conhecimento Tradicional e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central

Franklin Plessmann de Carvalho (UFRB) - Coordenador/a, Carmen Lúcia Silva Lima (Universidade Federal do Piuaí) - Coordenador/a, Alfredo Wagner Berno de Almeida (universidade Estadual do Maranhão) - Debatedor/a, Helciane de Fátima Abreu Araujo (Universidade Estadual do Maranhão) - Debatedor/a No contexto atual, povos e comunidades tradicionais est?o sendo impactadas por pol?ticas governamentais e agroestrat?gias implementadas por conglomerados econ?micos produtores de commodities agr?colas. O Grupo de Trabalho, aqui proposto, reunir? pesquisadores que estejam refletindo sobre conflitos socioambientais vivenciados por povos e comunidades tradicionais em decorr?ncia dos referidos empreendimentos. A an?lise privilegiar? a rela??o que se estabelece entre as a?es de pesquisa e as a?es de resist?ncia, com destaque para a intera??o entre conhecimentos tradicionais e acad?micos na formula??o e cr?tica ao desenvolvimento sustent?vel. Ter?o prioridades propostas de trabalho que tratem de investiga?es realizadas na regi?o do Brasil Central, que abrange os estados do Maranh?o, Tocantins, Piau?, Bahia, Mato Grosso, Pernambuco, norte de Minas Gerais e sul do Par?. A pretens?o ? socializar os resultados de experi?ncias etnogr?ficas com apoio de cartografias sociais que estejam dialogando com outras produ?es que abordem os conflitos socioambientais no Brasil Central.

Grilagem Verde no Cerrado: Impactos sob os territórios das Comunidades Tradicionais no Sul do Piauí

Autoria: Edmundo Fonseca Machado Junior

O MATOPIBA ou a ?última fronteira de expansão agrícola brasileira? constituí a divisa entre os Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia inseridas no bioma Cerrado. Constituída por Chapadões, abundantes reservas aquíferas e clima adequado, a região sul do Estado do Piauí a partir dos anos de 1970 ofereceu condições topográficas favoráveis ao desenvolvimento mecanizado e de larga escala para fins de exportação, do monocultivo de soja e outros. Com a intensificação do Agronegócio na região levado a cabo por investimento de capitais nacionais e estrangeiros, a diminuição da fauna, o desmatamento da flora nativa e a consequente escassez de recursos naturais desencadearam o avanço contínuo de grandes latifundiários ou "projeteiros" sob os territórios das comunidades que habitam as partes baixas das chapadas, próximas aos olhos d?água e cabeceira dos principais rios da região formando os chamados ?Baixões do Cerrado?. A justificativa legal para esse avanço sobre os territórios das comunidades que deixa um rastro de violência e medo aos locais correlaciona-se, ao Código Florestal brasileiro (Lei 12.651/2012) que estipula uma parcela percentual da propriedade (Área de Reserva Legal-ARL) que deve ser mantida com vegetação nativa, sendo restrita sua utilização (35% no imóvel situado em área de Cerrado). Contudo, de forma contrária, a então denominada "Grilagem Verde" tem provocado tanto o confinamento quanto o deslocamento forçado dessas Comunidades Tradicionais pela exaustão/poluição dos recursos naturais existentes em seus territórios que são indispensáveis para a sua sobrevivência.

Trabalho completo

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**